

Presidente do STAE "Quero todos os seus profissionais em formação"

(STAE) defende a contratação de 750 profissionais para as escolas da Região até ao fim do ano. O Presidente do Sindicato explica ao Diário dos Açores os contornos da proposta e critica a situação atual, sobre a importância da actividade deste pessoal escolar.

Então fala-se, fala-se em formação. Quando se diz que mais formação é melhor emprego e mais salário, mas não é para estes funcionários.

O Pessoal Técnico Superior de Educação, Técnico Superior de Serviço Social, Técnico Profissional (laboratórios, Biblioteca, ação social escolar) mais Chefe de serviços de Administração Escolar, e assistente Administração Escolar, como são tratados no seu estatuto?

Este pessoal foi empurrado para uma carreira sem futuro de nome pomposo "Assistentes técnicos", que de maneira nenhuma pertencem a ela legalmente.

Ganham uma miséria.

Em 2009 vencimento (837.60 euros, em 2021 (840,11 euros): um aumento de (2,51 euros). Obrigado Governo!

Foram ouvidos para as alterações?

O STAAE foi convidado e aceitou ser ouvido e se pronunciou sobre a alteração do DLR nº 11/2006/A, Estatuto do Pessoal não Docente-Fomos contra o que não é mais do que uma desmultiplicação do artigo 5º.

Com uma novidade extraordinária:

Introduzir Assistentes Operacionais e alterar rácios.

Como? aquilo é um estatuto de Pessoal Apoio Educativo.

Deixem-se de manobras.

O momento não foi escolhido ao acaso.

Assim, quem propôs, pelo que passou para a comunicação social, pensou nuns votos, assim como os profissionais do sindicalismo viram uma hipótese em arranjar mais uns sócios, e até votos para alguns.

Somos o único sindicato específico da educação para estes profissionais.

Somos o único que pertence à FNE (Federação Nacional da Educação), não contem conosco para brincar às casinhas.

Estamos sim disponíveis para atualizar um novo Estatuto com carreiras específicas da educação e respetivos conteúdos funcionais

Nunca esquecendo a digna e justa repositição na Tabela Renumeração Única (TRU).

O rácio existente para a dotação de quadros do pessoal não docente "decreto regulamentar nº 14/2007 de 13 de julho está ultrapassado. Até na situação de pré-escolar é bastante crítica.

O decreto regulamentar 3/2002/A, revogado, previa para o pré-escolar 1 lugar para 20 crianças, o atual 50 crianças. Grande progresso.

E no novo Estatuto?

No novo estatuto é preciso sim rever a tipologia das escolas que cada vez tem mais funcionalidades, a sua situação geográfica o seu meio cultural, a estrutura da sociedade, porque a escola A pode precisar de 5 funcionários e a escola B com o mesmo número de alunos precisar 7 funcionários.

A abrangência e a estrutura cultural da escola são muito importantes para a definição de rácios.

Temos uma classe profissional idosa, temos que atender a este aspeto.

A genica dos mais de 60 não é a dos 40.

Porque não se aposentam mais cedo? Porque não tem redução de horário como outros profissionais de educação?

Talvez houvesse menos atestados de longa duração.

Outra razão para tantos atestados é não se cumprir a alínea (d) do nº 2 do artº 3 - O direito à saúde, higiene e segurança em ambiente escolar.

Isto não interessa, não é cumprido.

Porque não houve transferência na lei do Orçamento de Estado de 2021, em que passou a ter o primeiro funcionário no grupo 15-30 alunos e mais um Assistente Técnico por escola devido ao programa de digitalização.

Talvez uma oportunidade para se fazer concurso e ir acabando com a precariedade.

O STAAE foi criticado por apresentar uma proposta de 250 Assistentes de Ação Educativa e 50 na área Técnica das escolas.

Este número é referido para o próximo ano lectivo e os dois seguintes, que é o tempo desta legislatura.

Assim, a escola profissional tinha tempo para formar profissionais para as escolas como consta do estatuto.

Também na Assembleia Regional devia ter mais cuidado com a educação, e criar uma Comissão de Educação. Justifica-se.

A Srª Secretária falou de um pacto para a Educação; muito bem.

Sugestão nº1: calar a metralhadora da luta político partidária, assim também problema nº 1 resolvido.

jornal@diariodosacores.pt

Parlamento aprova novo Estatuto

O Parlamento açoriano aprovou, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PPM, Chega, PAN, IL e deputado independente, uma proposta do BE para alterar o decreto legislativo regional que estabelece o estatuto do pessoal não docente.

Os 24 deputados do PS votaram contra a iniciativa, na generalidade e na votação final global, por entenderem não ser o método adequado para resolver o problema da falta de pessoal não docente nas escolas e do preenchimento de lugares vagos com trabalhadores de programas ocupacionais, segundo explicaram os deputados Rudolfo Franca e Vasco Cordeiro.

A Secretária Regional da Educação reforçou que o Governo está "em convergência quanto aos princípios de revisão dos critérios relativos a assistentes operacionais", pois a "actual legislação está obsoleta", sendo necessário "combater a precariedade e atender à realidade de cada escola".

"Estamos já, neste momento, a trabalhar com as nossas escolas para atender às suas reais necessidades. É um trabalho

complexo e absolutamente urgente para que possamos ter o arranque de ano escolar em Setembro. É um trabalho que tem de ser feito neste momento. Por isso, não podemos ficar à espera", justificou.

A proposta do BE foi apresentada por Alexandra Manes, tendo em vista a revisão dos critérios que determinam o número de trabalhadores não docentes por aluno e "acabar com a precariedade na Administração Pública", pois os trabalhadores em programas ocupacionais representam "cerca de 28% do total de trabalhadores nas escolas" da Região.

O grupo parlamentar do BE defendeu a alteração ao estatuto da carreira não docente, no sentido de corrigir os critérios para a contratação de assistentes operacionais nas escolas da Região, de modo a terem em conta o número de alunos por turma, a tipologia dos edifícios escolares, a sua dimensão e o meio social onde se inserem.

Quanto à intervenção da Secretária Regional, surgiu já perto do fim do debate, depois de Vasco Cordeiro, deputado do PS e ex-Presidente do Governo Regional dos Açores, explicar que os socialistas

concordavam com o princípio e queriam resolver os problemas dos trabalhadores não docentes e dos que frequentam programas ocupacionais, mas que não se reviam num dos critérios definido pelo BE, considerando necessários outros.

"Há outros critérios que também achamos que devem ser revistos. É nisso que estamos a trabalhar e apresentaremos a esta casa", explicou.

Numa declaração de voto, a IL explicou ter votado a favor por discordar da ausência de pessoal não docente nas escolas e da substituição dos lugares vagos por trabalhadores em programas de formação profissional.

Pelo CDS-PP, o deputado Jorge Paiva, que na Terça-feira substituiu Catarina Cabeceiras, notou que a legislação actual "tem mais de 13 anos", sendo necessário alterá-la, tendo em vista "o trabalho em curso, do Governo, para que no próximo ano lectivo possa haver mais estabilidade".

Délia Melo, do PSD, defendeu que a falta de pessoal não docente nas escolas "é um problema sério e grave", deixando as escolas "permanentemente em rup-

tura".

"Não podemos suprir necessidades permanentes com recurso a programas ocupacionais. O actual estatuto [de pessoal não docente] está completamente desajustado. Desde 2007 não é revisto. Foram integrados mais de 200 trabalhadores que estavam em situação precária, mas é preciso acabar com o recurso abusivo a programas de formação profissional, que é recurso a mão de obra barata. Isto vai deixar de acontecer nos próximos tempos", frisou.

José Pacheco, do Chega, alertou para a existência de escolas novas que abrem sem os funcionários necessários, frisando que a Educação "não é o pneu de um carro que possa ser remendado", mas uma "área fundamental".

Paulo Estêvão, do PPM, defendeu uma "intervenção prática e urgente", deixando para depois as outras alterações que têm de ser feitas.

"Entretanto, não vamos ficar aqui com ar contemplativo. Vamos resolver já estas questões, começar a resolver o problema", justificou.